



2019

# O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e no Caribe



NAÇÕES UNIDAS



# Gracias por su interés en esta publicación de la CEPAL



Si desea recibir información oportuna sobre nuestros productos editoriales y actividades, le invitamos a registrarse. Podrá definir sus áreas de interés y acceder a nuestros productos en otros formatos.



[www.cepal.org/es/publications](http://www.cepal.org/es/publications)



[www.cepal.org/apps](http://www.cepal.org/apps)



2019

# O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e no Caribe



NAÇÕES UNIDAS



POR UM DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL COM IGUALDADE

**Alicia Bárcena**  
Secretária Executiva

**Mario Cimoli**  
Secretário Executivo Adjunto Interino e Diretor da Divisão  
de Desenvolvimento Produtivo e Empresarial

**Raúl García-Buchaca**  
Secretário Executivo Adjunto para Administração  
e Análise de Programas

**Ricardo Pérez**  
Diretor da Divisão de Publicações e Serviços Web

O presente relatório, *O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e no Caribe*, é a edição correspondente a 2019 da série anual publicada pela Unidade de Investimentos e Estratégias Empresariais da Divisão de Desenvolvimento Produtivo e Empresarial da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). O relatório foi preparado por Álvaro Calderón, Mathilde Closset, Felipe Correa, Georgina Núñez, Yuri Park, Cecilia Plottier, Adrián Rodríguez, Mónica Rodríguez, Octavio Sotomayor e Paul Wander, sob a coordenação de Giovanni Stumpo. As bases de dados foram elaboradas por Leandro Cabello.

Recebemos contribuições e comentários de Mario Cimoli, Hugo Beteta, Martín Abeles, Alejandra Acevedo, Olga Lucía Acosta, Guillermo Anlló, Claudio Aravena, David Candia, Martín Cherkasky, Claudia de Camino, Olaf de Groot, Sebastián Herreros, José Manuel Iraheta, Álvaro Lalanne, Valentina Leiva, Jorge Mario Martínez, Andrés Mondaini, Ramón Padilla, Wilson Peres, Juan Carlos Ramírez e Juan Carlos Rivas.

Agradecemos a contribuição das autoridades de governo e dos executivos de empresas consultados para a elaboração do documento.

Quaisquer observações e sugestões sobre o conteúdo deste documento podem ser dirigidas a Giovanni Stumpo ([giovanni.stumpo@cepal.org](mailto:giovanni.stumpo@cepal.org)) e Cecilia Plottier ([maria.plottier@cepal.org](mailto:maria.plottier@cepal.org)).

Os limites e os nomes que figuram nos mapas incluídos neste documento não implicam seu apoio ou aceitação oficial pelas Nações Unidas.

---

Publicação das Nações Unidas  
LC/PUB.2019/17  
Distribuição: G  
Copyright © Nações Unidas, 2019  
Todos os direitos reservados  
Impresso nas Nações Unidas, Santiago  
S.19-00449

---

#### Notas explicativas

- Os três pontos (...) indicam que os dados faltam, não constam separadamente ou não estão disponíveis.
- O travessão (-) indica que a quantidade é nula ou desprezível.
- A vírgula (,) é usada para separar os decimais.
- A palavra "dólares" refere-se a dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário.
- A barra (/) colocada entre cifras que expressem anos (por exemplo, 2013/2014) indica que a informação corresponde a um período de 12 meses que não coincide necessariamente com o ano civil.
- Já que às vezes se arredondam as cifras, os dados parciais e as percentagens apresentadas nos quadros nem sempre somam o total correspondente.

Esta publicação deve ser citada como: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e no Caribe, 2019. Resumo executivo* (LC/PUB.2019/17), Santiago, 2019.

A autorização para reproduzir total ou parcialmente esta obra deve ser solicitada à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Divisão de Publicações e Serviços Web, [publicaciones.cepal@un.org](mailto:publicaciones.cepal@un.org). Os Estados Membros das Nações Unidas e suas instituições governamentais podem reproduzir esta obra sem autorização prévia. Solicitamos apenas que mencionem a fonte e informem à CEPAL tal reprodução.



# Resumo executivo

---

- A. Panorama do investimento estrangeiro direto na região
- B. As transnacionais da República da Coreia e a transformação produtiva da América Latina
- C. O investimento estrangeiro direto na cadeia agroalimentar: uma oportunidade para avançar rumo a um crescimento sustentável com maior valor agregado



## A. Panorama do investimento estrangeiro direto na região

O cenário econômico mundial tornou-se mais complexo em 2018, num clima de tensão que vai além dos esforços dos países para reequilibrar seus balanços de pagamentos ou promover setores nacionais afetados pela concorrência internacional. As tensões entre os Estados Unidos e a China, bem como com a União Europeia, não se limitam à imposição de restrições comerciais ou a um maior escrutínio dos investimentos por razões de segurança nacional, mas de maneira crescente estão em jogo a preocupação com o controle de ativos estratégicos, o domínio das tecnologias avançadas e a política de defesa.

As expectativas das transnacionais não se orientam para uma resolução rápida dos conflitos, o que altera as decisões no médio e longo prazo e se traduz, por um lado, no adiamento ou cancelamento de investimentos e, por outro, na modificação de estratégias que afetam a estrutura das cadeias globais de valor. Neste contexto, em 2018 as entradas de investimento estrangeiro direto (IED) no mundo foram 13% inferiores às de 2017 e alcançaram um valor de 1,3 trilhão de dólares, similar ao registrado em 2010, primeiro ano de recuperação depois da crise financeira mundial de 2008. Esta diminuição foi mais pronunciada nas economias desenvolvidas (27%), principalmente na Europa, em consequência do impacto da reforma tributária nos Estados Unidos, que promoveu maiores fluxos de repatriação de lucros da Europa para esse país (que teve saídas de IED negativas no ano), ao mesmo tempo que ocorreu um ligeiro aumento (2%) nas economias em desenvolvimento, que mantiveram níveis estáveis nos últimos anos. Por outro lado, desacelerou-se a expansão dos investimentos da China fora da Ásia, principalmente os dirigidos aos Estados Unidos e União Europeia.

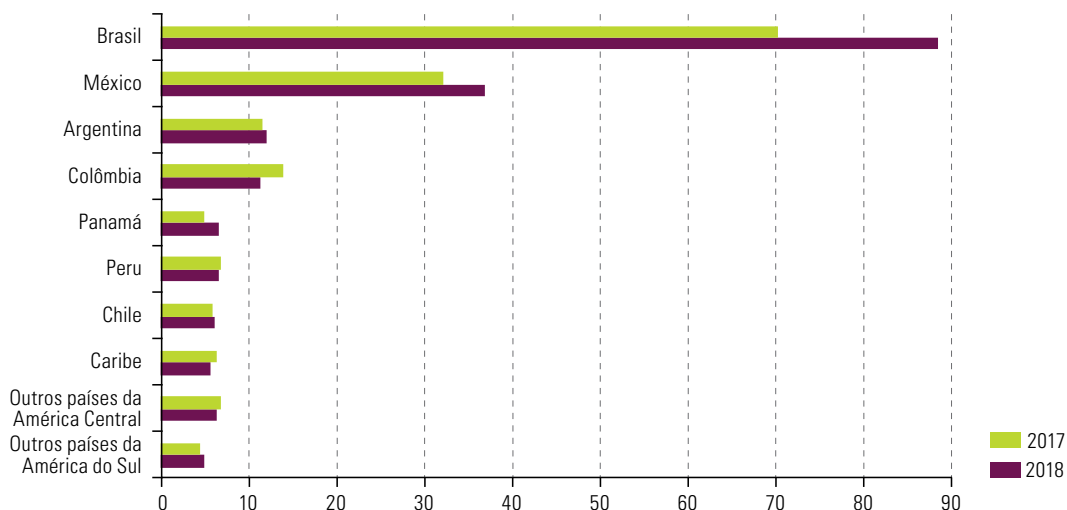
Na América Latina e no Caribe, pela primeira vez em cinco anos as entradas de IED foram superiores às do ano anterior (13,2%) e alcançaram um montante de 184,287 bilhões de dólares. Esta evolução, porém, obedece a maiores fluxos que se concentram em poucos países, principalmente Brasil e México (veja o gráfico 1). Além disso, não está associada a aportes de capital, mas a maiores entradas por empréstimos entre companhias e, em menor medida, reinvestimento de lucros. As manufaturas e os serviços foram os setores que receberam mais capitais, embora em relação a 2018 se observe um leve aumento das entradas de investimento para os setores de recursos naturais.

A maior parte do capital que ingressou na região proveio da Europa e dos Estados Unidos. A Europa tem uma presença maior no Cone Sul, enquanto os Estados Unidos foram o principal investidor no México e na América Central. Por sua vez, os investimentos provenientes da América Latina e do Caribe tiveram um peso relevante na Colômbia e na América Central. Deve-se ter presente, porém, que as estatísticas oficiais de IED refletem a origem imediata do capital e muitos fluxos chegam à região através de terceiros países, motivo pelo qual não é possível identificá-los nas contas nacionais. Este fato é particularmente relevante no caso dos investimentos chineses, que costumam estar sub-representados nas estatísticas oficiais de entradas de IED por origem. Ao considerar as fusões e aquisições concretizadas em 2018, observa-se que as empresas da China realizaram investimentos estratégicos em infraestrutura e na mineração de lítio na região, mas não mantiveram o dinamismo que haviam mostrado em 2017, principalmente no Brasil. Deste modo, as operações realizadas por empresas da Ásia representaram 20% do montante total das fusões e aquisições concretizadas em 2018 na região, enquanto sua participação chegou a 39% em 2017.

**Gráfico 1**

América Latina e Caribe (regiões e países selecionados): fluxos de entrada de investimento estrangeiro direto (IED), 2017-2018

(Em bilhões de dólares)



**Fonte:** Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras e estimativas oficiais em 23 de julho de 2019.

**Nota:** Informação de acordo com a sexta edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição de Investimento Internacional do Fundo Monetário Internacional (FMI, 2009), exceto nos casos das Bahamas, Barbados, Equador, Guiana, Haiti, Honduras, Paraguai, Peru e Suriname. A partir de 2016 não se conta com informação sobre a República Bolivariana da Venezuela.

Os principais países ou regiões de origem têm perfis setoriais diferentes. A China concentra seu interesse na aquisição de empresas de indústrias extrativas e da agroindústria, geração de energia, serviços básicos (eletricidade, gás e água) e infraestrutura. Os Estados Unidos e a Europa mostram um perfil mais diversificado; embora tenham realizado vultosos investimentos nos mesmos setores que a China, participam também de fusões e aquisições em indústrias de alto conteúdo tecnológico (Internet, software e telecomunicações). Em 2018, porém, a empresa chinesa Didi Chuxing, plataforma virtual que oferece transporte por aplicativo, adquiriu a brasileira 99 Taxis, um movimento na estratégia de expansão na região dessa firma chinesa que se afasta do enfoque setorial tradicional. Por outro lado, a extensão da Iniciativa do Cinturão e Rota para a América Latina e o Caribe reflete o interesse estratégico da China: até meados de 2019, 18 países da região (inclusive 10 caribenhos) haviam assinado memorandos de entendimento com a China no âmbito dessa iniciativa.

Por último, as disputas comerciais, tecnológicas e de política de segurança podem redundar no curto prazo em aumentos do IED dirigido a setores que estão sendo menos afetados pelas políticas adotadas pelos Estados Unidos, China e União Europeia. Isto poderia explicar em boa medida o maior interesse pela extração e processamento de recursos naturais, que se manifesta no aumento dos anúncios de projetos de investimento no âmbito mundial. De qualquer maneira, estes movimentos possíveis do IED no futuro não terão magnitude suficiente para modificar de maneira apreciável os fluxos de IED para a América Latina, como ocorreu durante o ciclo de auge dos preços dos recursos naturais entre 2007 e 2012.

Nos setores de alta tecnologia, no médio prazo, o contexto internacional parece favorecer mais as estratégias orientadas a realizar investimentos dentro dos países líderes do que as orientadas a promover novos fluxos de IED. Não obstante, nos setores de tecnologia média prevê-se uma recomposição das cadeias internacionais



de suprimentos que poderia envolver países da Ásia, mas também alguns da região, nos quais as transnacionais contribuíram para o desenvolvimento de capacidades em algumas indústrias específicas (por exemplo, no México). Uma variável adicional a ser considerada é a liquidez gerada nas transnacionais dos Estados Unidos ao longo de 2018, bem como as oportunidades que as novas normas tributárias oferecem. Contudo, os sinais observados em 2018 indicam uma orientação mais acentuada das empresas dos Estados Unidos para a realização de aquisições na Europa e não tanto na América Latina e no Caribe.

Por outro lado, as previsões de variação do PIB na região em 2019 indicam um crescimento bastante modesto: na América do Sul o PIB crescerá 0,2% e o aumento seria um pouco superior no México (1,0%), América Central (2,9%) e Caribe (2,1%).

Os elementos mencionados fazem pensar que em 2019 não se manteria o crescimento do IED registrado em 2018 e que as entradas deste investimento na região diminuiriam numa porcentagem que poderia chegar a 5%.

O contexto internacional e as perspectivas globais dos fluxos de investimento mostram a importância que o IED pode adquirir como fator que contribui para criar capacidades locais, fomentar o desenvolvimento sustentável e modificar a estrutura produtiva da América Latina e do Caribe. Conforme assinalado em relatórios anteriores, fluxos elevados de IED não garantem por si só uma contribuição à diversificação produtiva da região e ao crescimento de longo prazo<sup>1</sup>.

Para atingir esses objetivos, é preciso identificar e implementar diretrizes de política a fim de orientar e coordenar as prioridades de investimento dos países. Num mundo onde as políticas são formuladas e implementadas segundo grandes blocos econômicos, as possibilidades dos países de avançar de forma individual são bastante limitadas e aumentam os riscos de competir pelas mesmas fontes de investimento. Por outro lado, a busca de espaços de coordenação e os planos de desenvolvimento compartilhados entre países oferecem oportunidades para gerar maiores incentivos a fim de atrair investimento estrangeiro e para integrar o IED em estratégias de desenvolvimento mais ambiciosas.

Neste sentido, por exemplo, o Plano de Desenvolvimento Integral formulado para a América Central<sup>2</sup>, que inclui El Salvador, Guatemala, Honduras e México, representa uma oportunidade para propor diretrizes e incentivos conjuntos, bem como fazer com que a atividade das transnacionais na região contribua à concretização dos objetivos de desenvolvimento definidos.

Num contexto internacional de redução dos fluxos de IED e de forte concorrência pelos investimentos, as políticas não devem orientar-se a recuperar o montante de fluxos de IED, mas devem dirigir-se cada vez mais a atrair o tipo de IED que contribua a formar capital de conhecimento e avançar na mudança para padrões de produção, energia e consumo sustentáveis. A crescente incorporação de um enfoque de desenvolvimento sustentável nas decisões estratégicas das principais transnacionais do mundo constitui uma oportunidade para formular políticas que acompanhem esta mudança de paradigma.

<sup>1</sup> Veja Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e no Caribe, 2018* (LC/PUB.2018/13-P), Santiago, 2018, e *O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e no Caribe, 2017* (LC/PUB.2017/18-P), Santiago, 2017.

<sup>2</sup> Veja Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Para um novo estilo de desenvolvimento. Plano de Desenvolvimento Integral El Salvador-Guatemala-Honduras-México. Diagnóstico, áreas de oportunidade e recomendações da CEPAL* (LC/MEX/TS.2019/6), Cidade do México, 2019.

## B. As transnacionais da República da Coreia e a transformação produtiva da América Latina

Protagonista de um dos processos de desenvolvimento mais destacados do século XX, a República da Coreia experimentou um notável crescimento das saídas de investimento estrangeiro direto a partir de meados da década de 2000 e em 2018 foi o quarto investidor mais importante da Ásia, com saídas de IED de 39 bilhões de dólares (3,8% do total mundial).

Seus investimentos no exterior se caracterizaram pelo predomínio dos grandes conglomerados empresariais (conhecidos como chaebol) e mostraram uma acentuada especialização nas atividades da indústria pesada e de alto conteúdo tecnológico. Estes setores foram decididamente promovidos durante o período de apoio à industrialização e às exportações que começou em meados da década de 1960 e se interrompeu depois da crise financeira de 1997 e do processo de abertura da economia. Deste processo surgiram empresas que hoje são líderes mundiais em mercados de alta sofisticação tecnológica (por exemplo, Samsung Electronics, Hyundai Motor Company e LG Electronics) e que se internacionalizaram principalmente graças à implementação de novos projetos de investimento.

A América Latina e o Caribe são o destino de cerca de 5% do total dos investimentos coreanos. A partir de 2006 os fluxos de IED coreano para a região cresceram de forma substancial e em média foram destinados à região 1,7 bilhão de dólares anuais desse investimento entre 2009 e 2018.

Na análise dos investimentos da República da Coreia na região destacam-se dois elementos que fazem com que esse país seja um parceiro diferente de outro investidor asiático, a China, cuja importância também cresceu na região. O primeiro elemento é a modalidade de investimento, em que predominam os novos projetos (*greenfield*), característica compartilhada com o IED coreano dirigido ao resto do mundo. Isto diferencia o investimento da República da Coreia do recente crescimento do IED da China na América Latina e no Caribe, resultante de operações de fusão e aquisição. O segundo elemento é a especialização setorial, sendo a indústria manufatureira uma das principais atividades às quais se dirige o IED coreano.

As transnacionais coreanas apoiaram o desenvolvimento da indústria manufatureira em certos segmentos de alto valor agregado, em particular na indústria automotiva no México e Brasil. Sua presença se expandiu em quase todos os países da região, constatando-se especialização em algumas atividades, como a indústria têxtil numa etapa inicial, as indústrias automotiva, eletrônica e siderúrgica, a mineração, a construção e, mais recentemente, o setor energético.

A especialização setorial do IED coreano, embora esteja focalizada em atividades de alta complexidade tecnológica, nem sempre contribuiu ao desenvolvimento de capacidades locais nos países da América Latina e do Caribe. Na indústria eletrônica, por exemplo, grande parte das atividades corresponde a processos de montagem caracterizados pela importação de componentes e, portanto, apresentam poucos derramamentos tecnológicos, diferentemente do que se poderia esperar numa atividade que está na fronteira tecnológica. Por outro lado, na indústria automotiva e na siderúrgica as transnacionais coreanas têm apoiado a criação de capacidades locais na região. Além disso, as empresas coreanas estão realizando esforços crescentes para contar com estratégias de desenvolvimento sustentável e cada vez mais empresas publicam seus relatórios de sustentabilidade cumprindo requisitos de padrões mundiais,

como os da Global Reporting Initiative. Igualmente, é cada vez maior o número de empresas coreanas que conseguem incorporar-se ao índice de sustentabilidade Dow Jones (DJSI), elaborado conjuntamente por S&P Dow Jones Indices e RobecoSAM, que constitui um sinal de referência para os investidores, já que demonstra não só solvência financeira, mas também compromisso social e ambiental. Deste modo, a instalação destas empresas na região constitui uma oportunidade para favorecer um tecido produtivo mais sofisticado.

A experiência da República da Coreia também oferece elementos de reflexão para a formulação das políticas de desenvolvimento produtivo da região. Com efeito, as diversas etapas do processo de desenvolvimento do país mostram a importância de conceber e definir uma estratégia de longo prazo, bem como de ter a flexibilidade para adaptá-la à medida que as circunstâncias mudam, gerando capacidades locais do mais alto nível internacional. A República da Coreia não utilizou o IED dirigido ao país como um mecanismo de financiamento para o desenvolvimento industrial; além disso, até meados da década de 1980, somente permitiu o ingresso de empresas estrangeiras em âmbitos limitados e com um propósito definido. O objetivo era avançar na consolidação de setores industriais de maior complexidade e desenvolver capacidades tecnológicas locais, o que foi atingido não só controlando os investimentos estrangeiros, mas também, e principalmente, apoiando a criação e o crescimento de indústrias estratégicas, fomentando as exportações e a consolidação de empresas com uma escala mínima eficiente, controlando de perto a produção e a tecnologia empregada por estas empresas e realizando vultosos investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Atualmente, a visão de futuro que o país se propõe consiste em criar um Estado inclusivo e inovador; nesse sentido, a República da Coreia está reformando seu sistema de inovação, que no passado conseguiu adaptar rapidamente as tecnologias desenvolvidas por países mais avançados, como Estados Unidos, Japão e Alemanha, para transformar-se num país com um sistema de inovação que impulse o desenvolvimento de inovações disruptivas.

Desta maneira, as políticas de captação e manutenção de IED adquirem um sentido mais amplo e uma relevância maior, num contexto de políticas de desenvolvimento em que os diferentes âmbitos de ação (industrial, tecnológico e de internacionalização) estão coordenados e integrados num projeto de desenvolvimento nacional.

Este processo representa uma oportunidade para aprofundar ainda mais os vínculos entre os países da América Latina e a República da Coreia a fim de dotar a região de maior relevância para as transnacionais coreanas e fazer com que essas empresas tenham um maior impacto nos processos de desenvolvimento sustentável dos países latino-americanos.

## C. O investimento estrangeiro direto na cadeia agroalimentar: uma oportunidade para avançar rumo a um crescimento sustentável com maior valor agregado

Os setores agropecuário e de processamento de alimentos, bebidas e tabaco incluem um conjunto de atividades articuladas entre si, cujas contribuições à economia mundial e regional são significativas. Embora essa contribuição tenha sido decrescente ao longo dos últimos 40 anos, na década passada mostrou tendência a estabilizar-se e inclusive a aumentar ligeiramente.

Nas próximas décadas, diversos fatores de mudança deverão impulsionar a demanda de alimentos e, segundo estimativas para o período 2012-2050, será necessário um aumento da produção de 50% para suprir as necessidades de uma população mundial de 9,7 bilhões de pessoas. Ao mesmo tempo, o desempenho ambiental e produtivo da agricultura terá uma importância estratégica crescente para alcançar várias metas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. A América Latina e o Caribe possuem um grande potencial para enfrentar o enorme desafio de produzir mais alimentos de forma sustentável.

Na região, o IED dirigido à agricultura e agroindústria alcançou um montante de 77 bilhões de dólares no período compreendido entre 2012 e 2017. Este montante representa cerca de 8% do total do IED que a região recebeu e é superior ao investimento recebido no quinquênio precedente. Na cadeia agroalimentar moderna, a criação de valor se concentra principalmente nos segmentos de produção não primária; por isso, 90% do IED se dirigiu para o componente agroindustrial, segmento no qual também se concentram os aumentos.

O IED dirigido à cadeia agroalimentar na América Latina se concentra em três países: Brasil, México e Argentina. Por outro lado, em países como Paraguai e Uruguai as entradas destinadas ao setor agroalimentar representam porcentagens elevadas do total do IED recebido.

Nesta cadeia, a modalidade de investimento estrangeiro através de fusões e aquisições supera amplamente o investimento em novos projetos de investimento. Nos últimos anos, o valor das fusões e aquisições foi aproximadamente o dobro do montante dos projetos anunciados, o que indica que na região as empresas transnacionais que operam na cadeia agroalimentar privilegiam mais a compra de ativos existentes do que a criação de novas capacidades. As fusões e aquisições que tiveram como objetivo empresas da cadeia agroalimentar da América Latina e do Caribe totalizaram 145 bilhões de dólares no período compreendido entre 2005 e 2018 (7,8% do total regional) e apresentaram uma tendência ascendente. No caso dos projetos de investimento na cadeia agroalimentar regional, o valor anunciado alcançou quase 60 bilhões de dólares nos 14 anos incluídos na série, também com uma tendência ascendente.

Brasil e México são os principais destinos do IED no setor. Quanto à origem do investimento, a maioria das fusões e aquisições foi realizada por empresas translatinas, enquanto no caso dos projetos a origem principal são empresas europeias e dos EUA. A estratégia predominante das empresas agroalimentares translatinas é adquirir ativos na região que já contam com uma posição consolidada no mercado ou que possuem uma marca conhecida ou competências tecnológicas específicas. Das 20 maiores fusões e aquisições no setor agroalimentar, 11 foram realizadas por empresas latino-americanas e sete correspondem a compras de empresas produtoras de bebidas não alcoólicas.

A indústria da cerveja aparece como um item muito relevante, mas neste caso as aquisições foram realizadas por empresas da Europa e dos Estados Unidos. A análise do mercado cervejeiro regional evidencia uma polarização: as grandes empresas globais dominam as vendas, enquanto as empresas locais de menor tamanho encontram espaço na diferenciação de produtos. Outra cadeia analisada com mais detalhes é a da soja, produto que ocupa 34% da superfície cultivada regional. Seu crescimento tem sido rápido e o desenvolvimento da capacidade produtiva envolve grandes empresas transnacionais em todas as etapas. A China é o principal parceiro do lado da demanda, o que se traduz em grande dependência da situação desse mercado. As empresas transnacionais líderes no setor, Archer Daniels Midland (ADM), Bunge, Cargill e Louis Dreyfus, buscaram proteção frente à volatilidade de preços e à entrada de novos atores através de fusões e aquisições.

Tanto no caso da cadeia cervejeira como no da soja, a sofisticação do consumo e a pressão para reduzir a pegada ambiental estão condicionando as estratégias das empresas transnacionais. Estas começaram a frear o monocultivo e atribuem ênfase à produção responsável, além de desenvolver programas para reduzir o consumo de água e energia e a pegada de carbono, bem como para beneficiar as comunidades locais. Neste sentido, o IED pode contribuir para que nas cadeias agroalimentares regionais se produza a mudança necessária para enfrentar os desafios ambientais e sociais das próximas décadas. Contudo, para que essas mudanças beneficiem a região de forma sustentável, é urgente que as instituições públicas realizem um esforço seletivo a fim de orientar o IED para elos estratégicos e de maior valor agregado.

[www.cepal.org](http://www.cepal.org)



Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)  
Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL)  
[www.cepal.org](http://www.cepal.org)